



Ministério da Saúde
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 1638/2023/ASPAR/MS

Brasília, 16 de outubro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Federal Luciano Bivar

Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Referência: Requerimento de Informação nº 2352/2023

Assunto: Informações sobre venda de *Canabidiol* por ONG alvo de operação da Polícia Civil do Distrito Federal.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício nº 381/2023, proveniente da Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, referente ao **Requerimento de Informação nº 2352/2023**, de autoria da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, por meio do qual são requisitadas informações por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA esclareça como a associação criminosa, por intermédio de organização não governamental (ONG) vendia *Canabidiol* para mascarar tráfico de drogas, alvo de uma operação da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por meio do OFÍCIO Nº 317/2023/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/ANVISA (0036699142).
2. Desse modo, no âmbito do Ministério da Saúde, essas foram as informações exaradas pelo corpo técnico sobre o assunto.
3. Sem mais para o momento, este Ministério permanece à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

NÍSIA TRINDADE LIMA

Ministra de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde**, em 17/10/2023, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0036699339** e o código CRC **FBA0FF66**.

Referência: Processo nº 25000.139019/2023-71

SEI nº 0036699339

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Diretor-Presidente

OFÍCIO Nº 317/2023/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/ANVISA

Ao Senhor
Francisco José D'Angelo Pinto
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Ed. Sede, 5º andar
70.058-900 – Brasília /DF

Assunto: **Requerimento de Informação nº 2352/2023**

Referência: nº 25000.139019/2023-71.

Senhor Assessor Especial de Assuntos Parlamentares,

1. Em atenção ao Ofício nº 1470/2023/ASPAR/MS, o qual encaminha o Requerimento de Informação nº 2352/2023, solicita objetivamente da Anvisa "**informações sobre a associação criminosa, por intermédio de organização não governamental (ONG) que utilizava venda de Canabidiol para mascarar tráfico de drogas, alvo de uma operação da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).**", após consulta às áreas técnicas desta Agência, informamos que não dispomos de informações a respeito do caso apresentado no Requerimento supra, motivo pelo qual restituímos o presente processo.
2. Sendo o que nos cabia, colocamo-nos à inteira disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente**, em 11/10/2023, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2628757** e o código CRC **335D2881**.

S.I.A. Trecho 5, Área Especial 57 - Telefone: 0800 642 9782
CEP 71.205.050 Brasília/DF - www.anvisa.gov.br

Referência: Processo nº 25351.931831/2023-71

SEI nº 2628757



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 381

Brasília, 09 de outubro de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
NÍSIA TRINDADE
Ministra de Estado da Saúde

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhora Ministra,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 2.352/2023	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
Requerimento de Informação nº 2.363/2023	Deputada Daiana Santos
Requerimento de Informação nº 2.365/2023	Deputado Luiz Lima
Requerimento de Informação nº 2.372/2023	Comissão de Saúde
Requerimento de Informação nº 2.386/2023	Deputada Lêda Borges

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputado LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/DFO



Alapereceentagãõ 1.14/099/2023-31.991.2388800-MEDSA

RIC n.2352/2023

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº /2023
(Da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado)

Requer seja encaminhado Requerimento de Informações ao Ministério da Saúde para que por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA esclareça como a associação criminosa, por intermédio de organização não governamental (ONG) vendia Canabidiol para mascarar tráfico de drogas, alvo de uma operação da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Foi aprovado por esta Comissão, na reunião realizada em 29/8/2023, o Requerimento nº 263/2023-CSPCCO, de autoria dos Deputados Silvia Waiãpi, Delegado Paulo Bilynskyj, Sargento Fahur e Sargento Gonçalves, com subscrição dos Deputados Gilvan da Federal, Delegado Caveira, Coronel Telhada, Sargento Portugal, Pedro Aihara, Coronel Ulysses, Delegado Palumbo e Cabo Gilberto Silva, que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária pedido de informações sobre a associação criminosa, por intermédio de organização não governamental (ONG) que utilizava venda de Canabidiol para mascarar tráfico de drogas, alvo de uma operação da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

Dessa forma, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas as informações supra citadas à Ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade Lima.

JUSTIFICATIVA

De acordo com a 9ª Delegacia de Polícia (Lago Norte), as provas colhidas durante a investigação mostram que a associação de ajuda comunitária supostamente oferecia tratamentos terapêuticos com o uso de óleo de Canabidiol. Os criminosos faziam as ofertas da droga abertamente em redes sociais, além de realizar atendimentos por um aplicativo de mensagens.



A plantação da maconha e o laboratório para produção da droga ficavam na chácara de um dos líderes da organização criminosa. Segundo a polícia, o entorpecente era vendido sem qualquer controle ou supervisão médica, sendo que a associação não tinha nenhuma licença para manipulação de maconha, tampouco qualquer autorização para fabricação e distribuição de Canabidiol. A suposta “terapia” era ofertada a altos custos.

Além de não ter licença, outro ponto levantado pela investigação mostra que a própria sede indicada no estatuto da ONG não existia, tratando-se de uma fachada para a revenda da maconha sob uma camuflagem de terapia.

O Canabidiol é uma substância que possui efeitos terapêuticos cientificamente comprovados, inclusive já havendo chancela do Poder Judiciário para seu uso. Contudo, não se pode confundir o Canabidiol com o Tetra-hidrocanabinol (THC), bem como iniciarem-se plantações caseiras desautorizadas e exploração comercial lucrativa da substância.

Sala da Comissão, 4 de setembro de 2023.

Ubiratan **SANDERSON** (PL-RS)
Deputado Federal
Presidente da CSPCCO